

A GESTÃO URBANA ENQUANTO CIÊNCIA SOCIAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DAS SOCIOPOLÍTICAS ÀS TECNOLÓGICAS URBANAS

Georgia Miroslau Galli Natal

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

RESUMO

Este trabalho realiza uma revisão integrativa que reflete sobre as vertentes e premissas teóricas da gestão urbana, enfocando seu papel como ciência social e suas implicações sociopolíticas e tecnopolíticas. Explora, teoricamente, como o gerenciamento urbano, quando fundamentado na leitura de movimentos e comportamentos sociopolíticos, pode esclarecer transformações no ambiente urbano. A construção social e histórica do desenvolvimento científico e tecnológico revela que interações entre redes sociopolíticas, sociotécnicas e tecnopolíticas promovem mudanças no espaço social e nos grupos que nele habitam. A metodologia utilizada foi a revisão integrativa de literatura, visando mapear o estado da arte da temática e aprofundar a investigação da problemática.

Palavras-chave: Gestão urbana; ciências sociais; sociopolíticas urbanas; tecnopolíticas urbanas.

ABSTRACT

This work conducts an integrative review reflecting on the theoretical approaches and premises of urban management, focusing on its role as a social science and its sociopolitical and technopolitical implications. It theoretically explores how urban management, when based on the reading of sociopolitical movements and behaviors, can clarify transformations in the urban environment. The social and historical construction of scientific and technological development reveals that interactions between sociopolitical, sociotechnical, and technopolitical networks promote changes in urban spaces and the groups that inhabit them. The methodology used was an integrative literature review, aiming to map the state of the art of the theme and deepen the investigation of the issue.

Key words: Illegal pesticides; smuggling; falsification; regulation.

Introdução

Este artigo objetiva trazer considerações acerca da gestão urbana como ciência social e por meio de uma revisão integrativa percorrer um caminho teórico de movimentos, procedimentos e premissas de forma a estabelecer reflexões a respeito de suas enunciações sociopolíticas. A cidade como resultado das interações entre redes sociopolíticas, sociotécnicas e tecnopolíticas promove transformações do espaço urbano e consequências para os diferentes grupos que habitam esses territórios. Quando abordamos o desenvolvimento científico e tecnológico como uma construção social e histórica (FOUREZ, 1993; KHUN, 2006) podemos compreender essas redes na composição das relações entre atores de naturezas distintas e na formação e gestão das cidades como uma agregação de artefatos tecnológicos. A problemática que se levanta está na carência de maneiras criativas de abordagem da complexidade das cidades e das transformações urbanas e

tecnológicas contemporâneas. O objetivo específico desta revisão é pavimentar um caminho de escolhas teóricas que esclareçam e produzam descrições mais expressivas da vida nas cidades e nos seus modos de gestão para que se pensem as associações entre pessoas e coisas, matéria e significado e para que se produzam novas ontologias para os lugares, e seus modos de estar presente (FARÍAS; BENDER, 2010). Seguir as práticas e os agenciamentos entre atores distintos permite contornar os dilemas existentes no processo de entendimento da cidade, que apresenta uma estrutura heterogênea e em constante mutabilidade (ANGOTTI *et al.*, 2017).

A estratégia metodológica adotada no presente trabalho foi a revisão integrativa de literatura que tem a finalidade de mapear o estado da arte de uma temática, a partir da sistematização dos principais resultados com vistas a favorecer um aprofundamento sobre a problemática investigada, bem como apontar novas. A revisão integrativa trabalha com uma busca ampla de estudos sobre um tema (ERCOLE, MELO e ALCOFORADO, 2014):

A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente. É denominada integrativa porque fornece informações mais amplas sobre um assunto/problema, constituindo, assim, um corpo de conhecimento. Deste modo, o revisor/pesquisador pode elaborar uma revisão integrativa com diferentes finalidades, podendo ser direcionada para a definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos incluídos de um tópico particular” (ERCOLE, MELO e ALCOFORADO, 2014. pg.1).

Este método permite a inclusão simultânea de pesquisa experimental, combinando dados da literatura teórica e empírica, permitindo uma compreensão mais completa do tema de interesse. A variedade na composição da amostra da revisão integrativa em conexão com a variedade de propósitos deste método resulta em um quadro completo de conceitos complexos, teorias ou problemas relacionados (ERCOLE, MELO e ALCOFORADO, 2014).

A escolha das bibliografias que compõe este trabalho segue a lógica abordada na disciplina de Teorias e Conceitos em Gestão Urbana, do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, ministrada ao curso de doutorado no ano de 2022. Os artigos escolhidos seguem o método e a racionalidade apresentada na disciplina por meio de seminários, e que reforçam o entendimento da evolução e formulação dos conceitos em gestão urbana. O recorte deu-se nas bibliografias que enfatizassem o caráter científico e sociopolítico dos estudos urbanos.

Para construir a argumentação deste trabalho partiu-se, primeiramente, das ideias de Karl Popper ([1961] 2004) e Thomas Khun (2006). O primeiro autor trata da natureza científica das ciências sociais na obra *Lógica das Ciências Sociais* e critica o positivismo lógico e o método indutivo. Para Popper ([1961] 2004) o conhecimento é objetivo, hipotético ou conjuntural e não permite indução. Para o autor, a objetividade da ciência fundamenta-se na objetividade do método científico e está essencialmente associada à crítica mútua. Thomas Khun (2006) acredita que não há progresso ou acumulação gradual de conhecimento ou experimentação, mas sim, descontinuidades radicais entre diferentes períodos de investigação. O autor definiu ciência normal como ciência baseada em realizações anteriores. A coleção de fatos, suposições, teorias e métodos baseados em produções científicas anteriores e reconhecidas por uma determinada comunidade científica em um determinado momento. Ele também explicou que quando essas conquistas são reconhecidas, elas se estabelecem e se transformam em paradigmas ao unificar as práticas dos cientistas. Khun (2006) nos

ajuda a entender que as ciências em geral são construções sociais e históricas e que em cada época existe um conjunto de saberes que permite diferentes leituras da realidade.

O segundo momento do texto trata das questões relativas à ideologia e ciência e Fourez (1995) nos diz que a autoridade científica decorre, em grande parte, da adesão do pesquisador ao pensamento hegemônico da comunidade científica ou “paradigmas de ciência”. Para Fourez, observar é, inicialmente, uma construção própria do sujeito. Assim, a observação científica não é puramente passiva, mas supõe uma organização da visão e de uma interpretação da realidade em termos teóricos pré-adquiridos culturalmente. O autor discorre sobre a sociologia da ciência moderna estruturando o pensamento científico a partir de elementos sociais em torno da ciência como fenômeno da sociedade.

A seguir se discutirá sobre os códigos elaborados e a construção sociopolítica das cidades a partir do contexto intelectual em que surgiu o conceito de gestão urbana e que envolveu três elementos principais: o reconhecimento da mudança mundial na população de áreas rurais para áreas urbanas; uma reavaliação da importância econômica das cidades; e a reafirmação da importância da construção de instituições locais para o desenvolvimento urbano. Stren (1993), Mattingly (1994) e Sorensen (2017), são citados para auxiliar na compreensão dos papéis que as instituições desempenham na vida social e política e que as instituições importam e são fundamentais nos processos sociopolíticos que produzem as cidades. Ananya Roy (2017) colabora no que se refere às contribuições de Manuel Castells para a teoria do urbanismo e do planejamento, mas amplia a discussão para sinalizar como a teoria pós-colonial e pós-estruturalista possibilita novas compreensões da relação entre o urbano e o político. Alega que o domínio teórico do “direito à cidade”, e a consequente confiança no pensamento lefebvriano ocuiu outros modos e significados da política espacial, sejam aqueles preocupados com a justiça racial ou aqueles que evocam os direitos humanos ou aqueles que negociam reivindicações através da sociedade política.

Por fim serão abordados os papéis das redes sociotécnicas e das tecnopolíticas urbanas no que diz respeito à visualização e operacionalização da realidade de forma múltipla e auxiliada por dispositivos tecnológicos (ANGOTTI *et al.*, 2007). Reconhecer a Teoria Ator-Rede (TAR) como um dispositivo interessante para lidar com a descoberta e investigação dos fatos, com a complexidade das cidades e as transformações urbanas. Ao ampliar a rede de casualidades para tanto humanos quanto não humanos, autores utilizam a TAR como um procedimento indagatório, descritivo e com potencial esclarecedor sobre a vida nas cidades. Uma perspectiva que parece ser comum aos estudos sociais, mas ainda distante dos paradigmas que orientam os estudos urbanos.

As ciências sociais

Em sua obra *A Lógica das Ciências Sociais*, Karl Popper (1902-1994) apresentou 27 teses que sintetizam suas reflexões sobre a natureza científica das ciências sociais. Como crítico do positivismo lógico no contexto do Círculo de Viena, do método indutivo e de seus defensores, o conhecimento é apresentado pelo autor como objetivo, hipotético ou contingente. O conhecimento não começa com dados, mas com problemas, e os problemas surgem da tensão entre o conhecimento

prévio e a ignorância. A objetividade científica repousa no método crítico, no fato de que toda teoria é criticada para garantir que seja objetiva e não dogmática ou tendenciosa.

Para Popper ([1961] 2004), é tarefa do cientista exercitar o conhecimento e desenvolvê-lo continuamente de forma crítica. As teorias devem ser testadas usando todos os métodos válidos. A refutação de uma solução proposta por uma crítica válida leva à sua reformulação, mas se a proposta resiste à crítica, é aceita como temporariamente válida. Quanto mais resistente a erros for uma teoria, mais consistente ela será. E, para o autor, a ciência é uma construção racional que se dá diante dos problemas que surgem ao longo da vida, em estreita ligação com a realidade externa e com os fenômenos naturais de cada época, é nesse ponto de contato com o mundo sensível que se encerra a indução e inicia-se o processo científico propriamente dito. Segundo Popper “[...] a objetividade da ciência não é uma matéria dos cientistas individuais, porém, mais propriamente, o resultado social de sua crítica recíproca, da divisão hostil- amistosa de trabalho entre cientistas, ou sua cooperação e também sua competição” (POPPER, [1961] 2004, p. 23).

Em relação à discussão racional crítica, Popper também adverte que nossas escolhas ou nossas hipóteses experimentais, podem ser eliminadas criticamente por meio da discussão racional, em busca de uma aproximação da verdade baseada na eliminação crítica do erro e baseada na clareza. O autor nos ensina que a teoria pode ajudar a modificar nossas ações e também nos permite tentar antecipar suas consequências não intencionais, tentando construir reformas graduais e setoriais, identificadas por meio de uma comparação crítica entre os resultados esperados e os resultados alcançados que podem ser controlados. Ele também alerta para a necessidade de trabalhar na formulação e solução de problemas menores, ao contrário de se concentrar em técnicas de medição específicas guiadas por mistérios grandiosos e aparentemente insolúveis (POPPER, [1961] 2004).

A partir de Popper pode-se pensar a produção do conhecimento sobre a gestão da cidade como um processo marcado pela disputa e pela pluralidade de discursos que competem pela afirmação de paradigmas. Esses discursos devem ser submetidos à crítica com base na refutação das teorias que os sustentam. Para o autor, a teoria permeia todas as observações, e sua função é verificar e refutar, e não as provar. Por outro lado, ele adverte que a objetividade é muito mais difícil de alcançar nas ciências sociais do que nas ciências naturais, pois a ciência objetiva deve ser independente de julgamentos de valor, e o cientista social raramente se libertará do sistema de valores de sua sociedade (POPPER, [1961] 2004).

[...] A objetividade está baseada, em suma, num "criticismo racional mútuo", numa abordagem crítica, numa tradição crítica. [...] Se há mais "objetividade" nas ciências naturais, então é porque existe uma melhor tradição e padrões mais elevados de clareza e de criticismo racional (POPPER, [1961] 2004, p. 40).

Outra forma de incorporar a teoria Popperiana à formação dos estudos urbanos é pensá-la sob o aspecto do método hipotético-dedutivo, que consiste em experimentar possíveis soluções, passíveis de críticas, para problemas tanto empíricos como teóricos no campo das cidades. Uma vez que as soluções são criticadas, elas podem ser refutadas e aceitas com base na falseabilidade, em que uma proposição pode ser considerada verdadeira ou falsa não por causa de sua verificabilidade, mas pela sua capacidade de refutabilidade.

Thomas Khun (2006), define a ciência que chama de 'normal' a partir de conhecimentos acumulados *a priori*. Isto demonstra que conceitos, dados e referências aceitas em períodos

temporais pela comunidade científica, quando estabelecidos e reconhecidos, tornam-se paradigmas por unificarem determinados procedimentos como fonte de coerência para as tradições de pesquisa, considera “‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. (KHUN, 2006, p. 13). O autor enfatiza que devemos entender que, apesar de eventuais ambiguidades, os paradigmas compartilhados por uma comunidade científica estabelecida, revelados em manuais, conferências e experimentos, podem ser determinados com relativa facilidade e servir para orientar o ensino do compromisso investigativo. O autor também nos ajuda a compreender que as ciências em geral são construções sociais e históricas e que em cada época existe um conjunto de saberes que permite interpretar a realidade sob óticas distintas.

Nesse sentido, o mostra que, do seu ponto de vista, mudanças de paradigma não são capazes de mudar o mundo e sua essência, mas introduzir uma nova perspectiva e métodos até então não utilizados que levam a resultados concretos diferentes (KUHN, 2006). Embora o objetivo da ciência não seja necessariamente descobrir algo novo, argumenta o autor, os resultados obtidos funcionam em conjunto com a ampliação do escopo dos paradigmas e sua aplicação, de modo que um paradigma também se torne um critério para selecionar problemas.

Se, para Popper ([1961] 2004), a origem da ciência está nos problemas, a posição de Kuhn (2006) aponta para uma gênese subsequente, fruto de um olhar guiado por um paradigma. O autor sugere que talvez a ciência normal não se desenvolva por meio de descobertas ou invenções individuais e sim seja influenciada por rupturas (revoluções) que ocorrem de tempos em tempos, em um processo constante de devir, nunca concluído que contribui para o surgimento de novos paradigmas. Isso acontece quando os paradigmas da ciência normal são desafiados por problemas que esta já não consegue responder (KHUN, 2006). Na construção do conhecimento sobre a gestão da cidade, torna-se importante olhar para os acontecimentos e o entendimento da relevância ocasional, ou não, da quebra de paradigmas e de crenças teóricas e/ou sociais estabelecidas.

Ideologia e ciência

Segundo Fourez (1995) conhecimento é apropriação, é sabedoria, é informação, e a objetividade deriva da cultura como construção social da realidade. Para o autor, portanto, dizer que ‘algo’ é objetivo é dizer que este ‘algo’ do qual se pode falar significativamente é localizado em um universo compartilhado de percepção e comunicação, um universo convencional instituído por uma cultura. Em outras palavras, a autoridade científica deriva em grande parte da adesão dos pesquisadores ao pensamento hegemônico da comunidade científica, ou aos paradigmas da ciência.

Ao apresentar o método dialético (tese-antítese-síntese), que chamou de método dialético-crítico, o autor deixa claro que a observação não é passiva, mas uma organização da perspectiva que pressupõe a existência de outras ideias acumuladas pelo observador. Dessa forma, questiona-se a objetividade absoluta, pois falar sobre o observado depende de uma linguagem que é uma realidade cultural, ou seja: trata-se das convenções culturais e sociais do sujeito observador.

Em Fourez (1995) a observação é uma ação do sujeito que está inserido em uma realidade cultural e social e nessa realidade se destaca a existência de grupos que produzem o conhecimento:

os cientistas. Para o autor também o método científico da produção da ciência passa por processos sociais, de maneira que a ciência se configura como um procedimento humano e isso demonstra que a construção de conhecimento não se dá de maneira verticalizada pela mera aplicação de um método (FOUREZ, 1995). Destaca elementos coletivos como forma de possibilitar a estruturação do pensamento científico, primeiramente tratando a ciência como um fenômeno da sociedade e a ótica da comunidade científica existindo a partir de seus próprios usos e costumes. Corroborar com Khun (2006) quando este afirma que a matriz disciplinar ou paradigma é influenciada pelo ponto de partida do observador e aponta que é a partir dos paradigmas que se percebe que os próprios conteúdos da ciência se estruturam em torno de projetos, preconceitos e dominações sociais.

Ao reconhecer as ciências em determinadas disciplinas, o autor comenta que estas se determinam segundo uma organização/classificação e surgem conforme as mudanças e necessidades históricas (como é o caso da informática, identificada a partir do *hardware* e do *software* ou como a psicologia – com a necessidade prévia do conhecimento do ser humano como indivíduo). Mais adiante o autor comenta, citando Kuhn, que a disciplina toma forma a partir de certos marcos históricos, portanto a ciência sempre terá uma data de nascimento (FOUREZ, 1995).

Fourez (1995) relaciona ciência e ideologia conceituando o discurso ideológico como aquele que tem alguma medida de legitimidade e coerência, ao invés de apenas descrever o mundo.

(...) se ela veicula uma representação do mundo que tem por resultado motivar as pessoas, legitimar certas práticas e mascarar uma parte dos pontos de vista e critério utilizados. (...) quando tiver como efeito mais o reforço da coesão de um grupo do que uma descrição do mundo (FOUREZ, 1995. p.179).

O discurso científico, por sua vez, pode ser uma crítica à ideologia na medida em que se apresenta como uma ruptura epistemológica quando o caráter ideológico irrompe no científico. A ruptura epistemológica, ou seja, a escolha de um ponto de vista ou paradigma não é neutra - é ideológica - não há ciência sem ideologia, afirma (FOUREZ, 1995).

Aponta que a ciência tem se mostrado uma ferramenta extremamente poderosa para a crítica das ideologias ao longo dos últimos séculos, mas que parte de um desenvolvimento social e histórico e é incapaz de revelar uma verdade universal, que substitua os discursos ideológicos. No decorrer da discussão, apresenta a filosofia e a ética como outras formas de crítica da ideologia e aborda a ética na ciência a partir da perspectiva dos grupos sociais. O autor afirma que a estruturação do mundo nesse contexto não pode ocorrer por acaso, mas pela ciência como experiência de construções vinculadas a condicionantes inerentes aos ambientes sociais.

Acerca da gestão urbana ressalta-se a diversidade dos territórios epistemológicos presentes campo e por consequência as diferentes abordagens e cenários de distintas realidades socioculturais. Assim a contribuição de Fourez (1995) para o argumento desse artigo reside na atenção que o autor coloca sobre os grupos sociais, sobre a importância do momento histórico na construção do pensamento e do fazer científicos e na preocupação com as ideologias presentes em comunidades científicas heterogêneas na construção de uma ciência.

Teoria institucional na construção sociopolítica urbana

Segundo Stren (1993), na década de 1980 a importância das áreas urbanas para o desenvolvimento econômico foi reavaliada e, como resultado, uma série de novos conceitos e abordagens começaram a ser aplicados, difundidos e elaborados, sendo o conceito de gestão urbana um dos mais importantes a ser desenvolvido. O contexto no qual emergiu compreendia três elementos principais: o reconhecimento da mudança da população global das áreas rurais para as urbanas, a reavaliação da importância econômica das cidades e a afirmação da importância de construção de instituições locais para o desenvolvimento urbano (STREN, 1993).

Estes conceitos, amplamente difundidos em organizações internacionais de assistência e também na academia, ainda não haviam atingido um nível suficiente de elaboração conceitual. O autor diz, à época, que ao realizar sua pesquisa na literatura sobre gestão urbana em países em desenvolvimento, ficou surpreso com a falta de discussões conceituais e definições do fenômeno em estudo. Para Stren (1993) a menos que a literatura fizesse uma discussão mais completa sobre o assunto, não haveria possibilidade de as agências internacionais disponibilizarem recursos que pudessem auxiliar a comunidade científica. Ele destaca que, por exemplo, o Programa de Gestão Urbana operado pelo Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UNCHS – Habitat) define sua abordagem por setores e projetos e que esses setores estão divididos em: gestão do solo urbano, finanças e administração, gestão municipal de infraestrutura, ambiente urbano e pobreza urbana. É dentro de cada um deles que os projetos são definidos, as redes são construídas e as discussões individuais são realizadas. O autor entende que, embora o trabalho comparativo e conceitual tenha ocorrido em cada um, o conceito geral de gestão da cidade não foi abordado diretamente (STREN, 1993).

A pergunta que emerge de sua constatação é se a gestão urbana seria um objetivo, um processo ou uma estrutura. A fusão de uma multiplicidade de objetivos e interpretações em um único conceito, só dificulta sua disseminação, aceitação e institucionalização efetivas. Enfatiza que lidar com os problemas atuais enfrentados pelas cidades nos países em desenvolvimento requer uma abordagem setorial e intersetorial (STREN, 1993).

É importante reconhecer que a maior parte da pesquisa acadêmica tradicional e do discurso sobre gestão urbana ocorre em disciplinas como geografia, arquitetura e planejamento, economia, sociologia, engenharia e ciências da saúde. E que cada uma dessas disciplinas é responsável pela formação de profissionais que trabalham com o urbano o conceituando em seus próprios termos. Aponta que esses profissionais, tanto do setor público quanto do privado, tendem a trabalhar juntos, mas de forma setorial. E afirma que, dada a crescente complexidade do crescimento urbano, a abordagem setorial não é suficiente, haja vista a dinâmica internacional que reúne cidades de um mundo interligado nas áreas econômica e ambiental. Como exemplo cita que, o impacto ambiental da pobreza urbana deve se refletir na qualidade e localização dos investimentos em infraestrutura, e a gestão do solo urbano deve manter uma relação estreita com estruturas políticas e institucionais mais amplas (STREN, 1993).

Para Stren (1993) é preciso haver um maior grau de interação entre os pesquisadores da comunidade de pesquisa urbana, das comunidades nacionais e também dos gestores de projetos internacionais que lidam diretamente com projetos de gestão para países em desenvolvimento.

Também destaca a necessidade de uma reflexão mais séria, tanto na comunidade de pesquisa quanto nas comunidades internacionais de fomento, sobre a conceituação de gestão urbana, de seus termos relacionados, das implicações de uso desses conceitos e consequentemente na gestão dos recursos fornecidos. Para o autor, sem uma reflexão mais séria, muitas ambiguidades permanecem, e o que deveria ser um apelo claro e coerente a uma ação vigorosa e dedicada em uma área importante da atividade humana torna-se uma mensagem desconexa e pouco clara, que pode ser interpretada com inconsistência e oportunismo por seus diversos atores (STREN, 1993).

Na resposta de Mattingly (1994) a Stren (1993) intitulada “*Reply. Meaning of urban management*”, o autor concorda com a necessidade de uma melhora na definição do conceito de gestão urbana enfatizando que uma visão mais clara e substancial do seu significado a partir de uma abordagem que trate as atividades urbanas sob um aspecto gerencial, tornará o conceito eficaz e suscitará em seus responsáveis a responsabilidade necessária para sua aplicação e uma adequada compreensão dos deveres que isso implica. Mattingly (1994) acredita que uma noção mais clara de gestão urbana poderia contribuir para colocá-la no topo da agenda política e que, embora seja um serviço público, não há um desejo público fortemente focado por melhores governanças nesse sentido. Pode-se esperar um melhor desempenho da gestão da cidade quando o público assim o exige e para que isso aconteça, os cidadãos precisam entender esse serviço, o que ele envolve e quem o executará (MATTINGLY, 1994).

O autor afirma que se a gestão urbana significa assumir responsabilidades por ações para alcançar objetivos específicos em termos de melhoria da qualidade de vida nos assentamentos humanos, as ações apropriadas serão diferentes no decorrer do tempo e em lugares distintos. Contrariando a lógica da universalização defendida pelos organismos internacionais, cada contexto social, econômico, político e físico conterà suas próprias necessidades de ação quando visto em termos de objetivos de gestão, adequados às circunstâncias de cada cidade ou localidade. A aplicação cuidadosa desses objetivos pode determinar quais ações são mais importantes. Portanto, essas são as principais medidas de uma boa gestão que se concentra na responsabilidade. Ele sugere que faz sentido dividir essas políticas em dois grupos: o primeiro que pode ser chamado de ‘tarefas’, e que afetam as atividades nas cidades e, portanto, afetam as condições, os bens e os serviços que essas atividades produzem e outro que pode ser chamado ‘processos de gestão’, que ocorre transversalmente e através dessas tarefas (MATTINGLY, 1994).

Como aponta o autor canadense André Sorensen (2017), professor e pesquisador em geografia urbana, as instituições e o desenho institucional são centrais para o planejamento de cidades mais equitativas, habitáveis e sustentáveis. As cidades são espaços densamente institucionalizados com diversas instituições que a moldam, desde a regulamentação das calçadas até as noções de bons ou maus bairros e a estrutura legal da propriedade. Para o autor, os planejadores foram os criadores de muitas instituições destinadas a gerenciar processos de mudança urbana, desde o planejamento do uso do solo até a construção de infraestrutura e sistemas de gestão da cidade. Ao aprofundar seus estudos nas três principais escolas que estudam instituições e desenho institucional, em estudos intitulados Novo Institucionalismo (NI), Sorensen (2017) nos ajuda a explicar a cidade e seus fenômenos.

Enfatiza que os estudos do NI elaborados em Ciência Política e Sociologia Organizacional visam compreender os papéis que as instituições desempenham na vida social e política e que sua premissa é que as instituições estão envolvidas e são fundamentais nos processos sociais e

políticos que produzem as cidades. As definições de instituições variam amplamente em cada uma das escolas de NI estudadas pelo autor, mas todas compartilham que as instituições são conjuntos de regras, formal e informalmente criadas e desenvolvidas em diferentes sociedades por meio de seus processos históricos específicos, moldando os comportamentos sociais. A escola do Institucionalismo Racional (IR), por outro lado, vê os indivíduos como agentes racionais agindo para maximizar seus próprios interesses. Nessa visão, grupos criam instituições para superar problemas comuns por meio de ações coletivas que garantem maior segurança e reduzem riscos. Nas cidades, são as instituições que influenciam diretamente o comportamento dos indivíduos, estabelecendo regras que podem ser cumpridas, com custos ou sanções impostas àqueles que não as cumprem (SORENSEN, 2017).

Por outro lado, no Institucionalismo Sociológico (IS), as instituições são formuladas como normas profundamente enraizadas e entendimentos socialmente compartilhados que afetam a maneira como os indivíduos entendem e interpretam diferentes situações e moldam o alcance das ações que são apropriadas ou mesmo concebíveis. Enquanto o Institucionalismo histórico (IH) concebe as instituições a partir de um desenvolvimento histórico criado pelo conflito e pelo compromisso político. Criado para moldar a ação tanto pela imposição de regras aplicáveis quanto pela economia política das relações de poder, preferências e interpretações sociais, recompensas e oportunidades experimentadas pelos atores em um determinado contexto. Para o IH, as instituições são vistas como ferramentas distributivas que partilham recursos de forma desigual, ajudando assim a constituir atores coletivos em assimetria (SORENSEN, 2017).

Vivien Lowndes e Mark Roberts (2013), professores e pesquisadores britânicos na área de políticas públicas, ao analisar as três principais escolas do Novo Institucionalismo, observam que os empréstimos teóricos e metodológicos que acontecem entre elas, juntamente com uma atitude compartilhada de engajamento, têm levado a uma convergência crescente por meio de uma série de movimentos de consolidação, de uma visão compartilhada de como funcionam as instituições políticas. Para os autores, as instituições moldam o comportamento dos atores por meios informais e formais; mostram dinamismo e estabilidade; distribuem poder e são inevitavelmente contestadas; assumem uma forma confusa e diferenciada; e são constitutivos dos atores políticos que os influenciam e por quem são influenciados (LOWNDES e ROBERTS, 2013).

Os autores nos ajudam a compreender o que acontece com as instituições que estruturam e orientam a vida das pessoas na cidade, destacando que o aspecto histórico (IH) indica a confusão das instituições, tanto pela grande diversidade de seus campos de atuação política (por exemplo, sistemas eleitorais, sistemas de bem-estar, decisões de gabinete, orçamento, formulação de políticas ou relações intergovernamentais) como em relação às diferentes maneiras pelas quais eles restringem o comportamento político, não apenas por meio de regras, mas também por meio de práticas e narrativas. Apontam também para a convergência de uma compreensão das instituições como diferenciadas, no sentido de que não necessariamente se enquadram em um todo ou representam soluções funcionalmente desejáveis. Eles enfatizam que as instituições absorvem, conservam e transmitem diversos recursos de poder em relação a diferentes indivíduos e grupos, e que estes nunca são completos, possuem lacunas ou discrepâncias entre limitações e comportamentos reais (LOWNDES e ROBERTS, 2013).

Segundo a pesquisadora Ananya Roy (2017), é preciso ampliar a discussão entre o urbano e o político e construir uma nova compreensão dessa relação com base na teoria pós-colonial e no

feminismo pós-estruturalista. Outra proposição da autora é a de uma reorientação da teoria do planejamento urbano com deslocamento do foco no direito à cidade de Henri Lefebvre para outros conceitos e debates. Na obra "*The Grassroots of Planning: Poor People's Movements, Political Society, and the Question of Rights*", Roy (2017) destaca que essa reorientação é necessária porque esse domínio teórico lefebvriano do direito à cidade impede outros modos e significados da política espacial, como, por exemplo, os preocupados com a justiça racial ou aqueles que tentam garantir os direitos humanos ou negociar direitos por meio de organizações sociais e políticas existentes, tendendo a ignorar o que Chatterjee (2006 apud ROY, 2017) chama de política popular (ROY, 2017).

Seguindo o pensamento de Roy, devemos aderir a algumas linhas de investigação significativas que emergem da experiência urbana do Sul Global e propor trabalhos conceituais relacionados à cidadania urbana, sociedade política, movimentos pobres e à figura do humano. Este pensamento corrobora e é diretamente relacionado com a teoria do planejamento de Castells (1983), que enfatiza a importância de uma teoria do Estado para a realização de análises do planejamento urbano e da política. Para a autora, levar o Estado em consideração perturba as genealogias do pensamento euro-americano, particularmente a confiança em uma experiência de austeridade nos estudos urbanos enraizada no contexto do Norte Global. É fundamental entendermos que o Estado, dominando ou não o mercado, é uma força preeminente em muitas partes do mundo, e é muitas vezes em relação a ele que uma política de reivindicação e discussão de direitos é combatida e legislada (ROY, 2017).

Roy (2017) enfatiza que a teoria do Estado de Castells (1983) nos ajuda a entender que a mudança social é articulada e realizada em relação ao Estado. Ela considera esta uma valiosa provocação sociológica para a teoria do planejamento urbano, pois entende que requer uma teorização contínua sobre seu papel específico nos processos de mudança social. Alerta os leitores para a importância de se aprofundar na teoria do Estado por ser uma questão conceitual que tem recebido menos atenção nos debates sobre urbanismo e teoria do planejamento. Como sugere Castells (1983), devemos ver o Estado como uma cristalização da luta de classes e de outras lutas sociais, ou seja, tanto de processos de dominação de certas classes, grupos e gêneros, mas também como a expressão do processo de resistência esta dominação (ROY, 2017).

Com sua análise da obra de Manuel Castells (1983) a autora contribui para a reflexão sobre nossas pesquisas em gestão urbana ao mostrar que o sociólogo em *The City and the Grassroots* (1983) afirma que existe uma teoria da mudança social urbana como parte de uma teoria da cidade, apontando os movimentos sociais como uma força chave na mudança social urbana. O autor tenta expandir a análise dos movimentos sociais urbanos e argumentar que, embora representem uma ação coletiva pretendida, eles provêm de uma variedade de fontes e não apenas de uma. Castells (1983) também argumenta que esses movimentos sociais urbanos são autoconscientes como movimentos de cidadãos e que não são meramente derivados dos movimentos de classe defendidos pela teoria marxista. Roy (2017) afirma que o pensamento marxista, ao focar na luta de classes, falha em ver algumas questões importantes, como o feminismo e suas lutas, e também em entender alguns elementos-chave, como a cultura e certos aparatos políticos. Portanto, pesquisas baseadas em gestão e planejamento urbano, devem se ater ao papel do que Merrifield (2014 apud ROY, 2017) chama de novo sujeito político e especificamente nos diversos movimentos sociais urbanos (ROY, 2017).

Em seu ensaio “*What is Urban about Critical Urban Theory?*”, Roy (2015) questiona a equivalência do urbano e do político e a reivindicação de uma sociedade totalmente urbanizada. A autora se propõe a questionar se o urbano é um tipo particular de verdade política e não ontológica. Além disso, ela argumenta que vale a pena refletir sobre como o urbano é constituído e vivido como categoria estatal. Ela propõe um entrelaçamento de cidade, cidadania e estado, e que este não é uma relação de equivalência ou necessidade ontológica. Pelo contrário, é cíclico e contingente. Desafia-nos a considerar o urbano como uma categoria governamental e a desenvolver um quadro conceitual que preste atenção à conjunção e contingência na consideração da relação entre o urbano e o político. A pesquisa da Roy indica que não há movimentos sociais baseados em direitos, nem políticas de ocupação, nem periferias autoconstruídas. Em vez disso, existem beneficiários autodenominados, profundamente conscientes da natureza dos benefícios e do alcance dos programas governamentais. Mas é por meio desse conjunto de beneficiários que o urbano se configura como categoria governamental.

A autora se interessa em como os movimentos populares se articulam de forma complexa e contraditória com as burocracias da pobreza. A ênfase nos movimentos populares não sugere que a “pobreza” seja a categoria única ou mesmo dominante de mobilização política. Esses movimentos também não são necessariamente urbanos. Coloca em primeiro plano a questão dos movimentos de pessoas pobres como um método de compreensão da relação entre o urbano e o político, e com relevância direta para a teoria do planejamento. Nesse domínio conceitual, seu trabalho etnográfico presta atenção em como as práticas radicais de autodeterminação são muitas vezes suturadas com ideologias de autoajuda e analisa a categoria política da pobreza como modo de organizar e governar.

Aponta ainda que é na força dos movimentos populares que são reivindicadas a humanidade para aqueles que nunca tiveram permissão histórica para serem humanos, para aqueles que através de processos de colonização, escravidão e imperialismo foram negociados como propriedade, para aqueles que se tornaram supérfluos nos fluxos do capitalismo global, que a história pode ser reconstruída e as teorias urbanas podem ser traçadas.

A partir da compreensão de engajamentos criativos e políticos com infraestrutura, dados e tecnologias digitais como meios pelos quais o “subalterno urbano” recupera o território como espaço do cotidiano e lugar de emancipação, que práticas digitais emergentes possibilitam a compreensão das manifestações de um ‘urbanismo do sul’. Como aponta Roy (2017) é na análise de como fluxos e infraestruturas urbanas estão sendo repensadas por meio de um engajamento com iniciativas de cidade digital/inteligente e conferindo agência às populações negligenciadas, que se opera um arranjo sociotécnico de resistência e se atualiza e captura as potencialidades e limitações dos urbanismos subalternos vinculados às infraestruturas digitais e urbanas (ROY, 2017).

Redes sociotécnicas e as tecnopolíticas urbanas

Ser capaz de prestar atenção aos processos que constituem a cidade e priorizar as ações de diferentes atores, serve como argumento para apresentar uma visão inspirada no pensamento de autores ancorados nos referenciais do campo da Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) e em

particular da Teoria Ator-Rede (TAR) – sobre a cidade contemporânea, o estudo dos ambientes urbanos e sua gestão e a diversidade das relações entre pessoas, lugares e objetos bem como suas ontologias políticas (MOL, 2008).

A partir da teoria ator-rede (TAR), busca-se entender os processos por meio dos quais se constitui a ordem que se conhece. Apesar de levar a palavra 'teoria' no nome, a TAR é um método, não uma teoria, destinado a entender como seres humanos e objetos se relacionam. Para a TAR, o social precisa ser visto como algo que acontece, e não como algo dado, que simplesmente existe (MILANÊS, 2021). No pensamento de Latour (2012), um dos fundadores dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), os humanos e não-humanos devem ser considerados igualmente nas análises científicas por serem, em sua visão, parte da rede, do tecido e do mundo social.

Deste pensamento surge, para o autor, o princípio de simetria que dá o mesmo modo de tratamento a 'coisas' e humanos, recompondo a dicotomia entre sujeitos e objetos (LATOURE, 2012). Latour (2013) aponta que natureza e sociedade são acontecimentos que ocorrem pela troca de propriedades de elementos humanos e não-humanos, já que vivem em constante interação. Constatada que "não existem nem culturas – diferentes ou universais – nem uma natureza universal. Existem naturezas-culturas, as quais constituem a única base possível para comparações" (LATOURE, 2013, p.102). As naturezas-culturas seriam, para Latour (2013), responsáveis por criar laços sociais e reorganizar a composição da natureza e da sociedade (MILANÊS, 2021).

A percepção da técnica e tecnologia como coisas que fazem parte de nosso mundo de forma global amplia o horizonte de investigação do mundo social, que só é possível por meio da análise de uma rede de práticas e apropriações, instrumentalizações, reassociações e reagregações. Além de um método a TAR se estabelece como uma ferramenta conceitual e prática que mapeia os movimentos de homens e objetos e sua interação, na qual materialidades e socialidades se mesclam (MILANÊS, 2021).

É com base na premissa de estudar o tecido social na sua totalidade, aplicando a ideia de simetria que, para Bruno Latour tem o objetivo de estabelecer a igualdade mas também "o de gravar as diferenças, ou seja, no fim das contas, as assimetrias, e o de compreender os meios práticos que permitem aos coletivos dominarem outros coletivos" (LATOURE, 2013, p. 105), que este artigo tem a intenção de discutir o impacto gerado pela tecnologia digital e como esta pode contribuir para o entendimento da cidade e seus lugares, especialmente, nas pesquisas de gestão urbana.

As conexões possíveis entre os estudos de CTS, TAR e dos estudos urbanos permitem compreender a cidade como um partidarismo de múltiplas associações de redes heterogêneas que envolvem os espaços e as ações neles realizadas (FARIAS; BENDER, 2010). Como a cidade está em constante movimento, seus sítios e edifícios podem ser caracterizados como quase-tecnologias e como tipos (ANGOTTI *et al.*, 2007): são singulares - têm lugar e formas estáveis- e possibilitam diferentes usos. Por serem transformadas pelas ações de seus usuários e de novos dispositivos artificiais e tecnológicos (LATOURE; YANEVA, 2008), elas também podem ser propriedades mutáveis (ANGOTTI *et al.*, 2007).

Tecer a cidade em sua complexidade, portanto, é abarcar sua multiplicidade, contradições, movimentos e temporalidades que, articuladas, produzem lugares híbridos. A experiência de viver e sentir a cidade implica em encontros e desencontros, conexões constantes entre os diversos

atores humanos e não humanos que, quando hibridizados, geram efeitos sociais, políticos, éticos, subjetivos e estéticos (RHEINGANTZ; PEDRO; SZAPIRO, 2016).

A compreensão da realidade por meio de uma dimensão ontológica nos permite perceber que esta é múltipla e muito mais produzida do que observada, isto é, “manipulada por meio de vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas” (MOL, 2008, p. 66). Ao retirar o caráter supostamente estável e definitivo da realidade, tecer a cidade significa acolher diferentes versões ou múltiplas realidades do próprio urbano, cada vez mais complicadas e de difícil generalização (ANGOTTI *et al.*, 2007).

Esta proposta possibilita envolver outras entidades no processo de compreensão da cidade, contrapondo-se à ideia de uma única verdade presente em outras concepções atuais como: leituras morfológicas, sociológicas e sistêmicas da cidade ou mesmo a smart city, por exemplo – que se baseia na presença das tecnologias de informação e comunicação para enfatizar as dimensões produtivas e competitivas da cidade. A qualidade do urbano não se limita à sua materialidade, geografia ou tecnologia. É tecida nas possibilidades de conexões que se fazem à medida que acontecem ações que, por sua própria natureza e dinâmica, não são passíveis de categorização ou análise, cuja ênfase se limita a um determinado elemento ou conjunto de elementos.

As cidades, em sua complexidade, incorporam a natureza, as pessoas, as coisas e o ambiente construído. São espacialmente abertos e entremeados por diferentes fluxos de pessoas, tipos de mobilidade, informações e mercadorias, sendo a vida urbana um produto dessa mistura (ANGOTTI *et al.*, 2007) “Cada momento urbano pode provocar improvisações performativas inesperadas; [...] isso significa a luta para nomear as espacialidades negligenciadas e inventar outras novas, imprevisíveis” (ANGOTTI *et al.*, 2007, p.4). Áreas e assentamento com múltiplas configurações diluem o entendimento e borram as fronteiras do que se entende, realmente, como cidade. Crescem áreas metropolitanas e lugares formados por corredores de informação, como aeroportos e linhas aéreas, estações e linhas férreas, estacionamentos e autoestradas, teleportos e vias de informação. “As pegadas da cidade estão por todos esses lugares, na forma de viajantes urbanos, turistas, teletrabalho, mídia e urbanização de estilos de vida” (ANGOTTI *et al.*, 2007, p.1).

Ao compreender a realidade como múltipla, a ontologia política possibilita que múltiplas realidades urbanas sejam visualizadas, operadas ou tecidas por meio de aparatos tecnológicos que ampliam e requalificam nossa atuação sociotécnica de georreferenciamento, grafismo digital, incorporação da dimensão paramétrica; scanners, dispositivos de vigilância, entre outros. Observações sobre a realidade são feitas a partir de uma conexão híbrida entre dispositivos perceptivos humanos e alguns dispositivos tecnológicos – como câmeras, imagens de satélite, além de anotações, croquis e desenhos esquemáticos, por exemplo, “Essa “visão ampliada” tem possibilitado registrar e descrever com mais riqueza os detalhes da experiência, os deslocamentos, as interrupções e os elementos relevantes” (ANGOTTI *et al.*, 2007, s/pg.).

Quando a moralidade e as ontologias políticas se transformam em corpos e mentes [humanos] e em coisas ou objetos [não-humanos], a complexidade das múltiplas realidades de uma cidade se entrelaçam em uma infinidade de possibilidades de arranjos urbanos (ANGOTTI *et al.*, 2007).

Ao potencializar a visão e a percepção humana, a performance da “visão ampliada” derruba por terra “qualquer ideia da visão como passiva; esses artifícios [...] nos mostram que todos os olhos, incluídos os nossos [...], são sistemas de percepção ativos, construindo

traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida” (HARAWAY, 1995, p. 16 apud ANGOTTI *et al.*, 2007).

Não é mais possível delimitar a cidade por suas fronteiras, pois ela transborda e se configura na intersecção de práticas que acontecem nos lugares. Portanto, é possível que o estudo das práticas cotidianas seja um elemento norteador dos projetos urbanos. Reconhecer e divulgar as vozes dos grupos locais e suas diferentes versões sobre necessidades, negociações e também processos de resistência significa transformar o processo de planejamento urbano. Isso permite que diferentes formas de diagnóstico proliferem e se entrelacem em vez de se sobreporem, conferindo aos locais um caráter híbrido (LATOURE, 2013).

Quando avaliados o momento da experiência, os deslocamentos, a troca de informações, a dinâmica de uso do ambiente, ou seja, tudo o que está sendo produzido ou tecido atualmente na cidade e reúnem-se uma série de narrativas e performances dos diversos atores envolvidos na coprodução da cidade, cria-se uma estratégia que permite mapear lugares, edificações e seus usos, projetos e políticas públicas, criar mapas urbanos e apropriações espaciais, entre outras possibilidades. Permite abandonar as explicações sociais para acompanhar os movimentos e rastros deixados pelos atores participantes da configuração desses lugares.

Essa compreensão reforça a ideia de que o conhecimento é situado (ANGOTTI *et al.*, 2007) e deve ser apreendido por meio da imersão e do contato com os locais da cidade. Em vez de tirar conclusões abstratas ou generalizar a partir de paradigmas ou exemplos isolados (ANGOTTI *et al.*, 2007), a TAR aponta que é preciso “ver de perto”, o que envolve aprender a ser afetado por muitos elementos e “ser sensível àquilo de que é feito o mundo” (LATOURE, 2008, p. 39). Ao levarmos em conta os não humanos ao grupo de atores da vida urbana, “[...] começamos a tarefa de repovoar a cidade com todas aquelas entidades que foram apagadas por uma abordagem convencional” (ANGOTTI *et al.*, 2007).

A partir da multidimensionalidade podemos identificar a cidade contemporânea “como uma ordem de incerteza e como uma arena política cheia de potencialidades” (ANGOTTI *et al.*, 2007), em que a urbanidade aflora de uma relação de coprodução entre os atores e seus múltiplos processos de associações que não preexistem nas ruas, edifícios e mapas (ANGOTTI *et al.*, 2007). Diferentes ontologias permitem que os lugares sejam apreciados e disfrutados pela multidão que os representam. Existem diferentes percepções de realidades sobre a cidade e isso requer uma abordagem capaz de lidar com a complexidade que entrelaça as práticas urbanas e a cidade hoje.

Conclusão

Esta revisão sintetizou por meio de um recorte objetivo um encadeamento teórico que trouxe considerações acerca da gestão urbana como ciência social (POPPER, KHUN, FOUREZ) bem como ponderações relacionadas aos seus princípios sociopolíticos (STREN, MATTINGLY, 1994, SORENSEN, LOWNDES e ROBERTS, 2013, ROY, 2017). Para o esclarecimento de caminhos que produzem descrições expressivas da vida nas cidades e seus modos de gestão apontou-se que a cidade é constantemente feita e refeita por agenciamentos, cujos efeitos devem ser observados por movimentos entre os atores (LATOURE, ANGOTTI *et al.*, 2007, MILANÊS, 2021). Ao prestar atenção a esses movimentos, inclusive os não humanos, podemos entender o quanto estamos conectados

a eles e o quanto eles também nos impulsionam a agir. Por fim, reforçou-se a ideia de que a atenção à composição híbrida da cidade pode se configurar como uma forma de resistência a outras concepções contemporâneas. Compreender a cidade e a experiência urbana como interface que aprende e se deixa influenciar pela articulação entre os seus diferentes elementos ou atores implica a necessidade de traçar as suas ligações, conduzindo a outras concepções de cidade mais participativas e menos atreladas a discursos e narrativas totalizantes, que apresentam um projeto de mundo que se caracteriza pela imposição de um determinado modelo de organização social que se pretende objetivamente válido (ROY, 2017, ANGOTTI *et al.*, 2007).

Submetido em 13 de fevereiro de 2025.

Aceito para publicação em 7 de abril de 2025.

Referências

- ANGOTTI, F. B.; SBARRA, M. H.; RHEINGANTZ, P. A.; PEDRO, R. M. L. R. A cidade na perspectiva sociotécnica: ontologias políticas, agenciamentos urbanos e lugares híbridos. **VIRUS**, São Carlos, n. 14, 2017.
- CASTELLS, M. Vers une théorie sociologique de la planification urbaine. **Sociologie du Travail**, v.4, n.69. pp. 413-443, 1969.
- CASTELLS, M. **The City and the Grassroots: A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements**. Berkeley: University of California Press, 1983.
- ERCOLE, F. F.; MELO, L. S. de e ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**. vol.18, n.1, pp.09-11, 2014. DOI: <<https://doi.org/10.5935/1415-2762.20140001>>
- FARÍAS, I.; BENDER, T. **Urban Assemblages: how Actor-Network Theory Changes Urban Studies**. Londres / Nova Iorque: Routledge, 2010.
- FOUREZ, G. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.
- LATOUR, B.; YANEVA, A. Give Me a Gun and I will Make All Buildings Move' An ANT's view of Architecture. In: GEISER, R. (Ed.) **Explorations in Architecture: teaching, design, research**. Basel: Birkhäuser, p. 80-89, 2008.
- LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.
- LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- LOWNDES, V. e ROBERTS. **Why Institutions Matter: The New Institutionalism in Political Science**. Hampshire: Palgrave, 2013.
- MATTINGLY, M. Meaning of urban management. **Cities**, v.11, n.3, p.201-205, 1994. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0264-2751\(94\)90060-4](https://doi.org/10.1016/0264-2751(94)90060-4)>
- MILANÊS, R. Seguindo as redes de Bruno Latour: uma síntese da antropologia simétrica e da teoria do ator-rede. **Revista Inter-Legere**, v. 4, n. 31, p. c21470, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.21680/1982-1662.2021v4n31ID21470>>
- MOL, A. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas. In: NUNES, J. A., ROQUE, R. (org.) **Objetos Impuros: experiências em Estudos sobre a Ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008, p. 63-77.
- POPPER, K. R. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, [1961] 2004.

RHEINGANTZ, P. A. (2016). Lugares em ação, laboratórios de urbanidade. *In*: RHEINGANTZ, P. A., PEDRO, R. M. L. R., SAZPIRO, A. M. (org.) **Qualidade do lugar e cultura contemporânea: modos de ser e habitar as cidades**. Porto Alegre: Sulina, 2016, p.85-115.

ROY, A. "What is Urban about Critical Urban Theory?". **Urban Geography** v.37, n. 6, p. 1-14, 2015. DOI: <<https://doi.org/10.1080/02723638.2015.1105485>>

ROY, A. (2017). The Grassroots of Planning: Poor People's Movements, Political Society, and the Question of Rights. *In*: GUNDER, M., MADANIPOUR, A., WATSON, V. (eds.) **Routledge Handbook of Planning Theory**. London: Routledge, 2017, p.143-154.

SORENSEN, A. New Institutionalism and Planning Theory. *In*: GUNDER, M., MADANIPOUR, A., WATSON, V. (eds.) **Routledge Handbook of Planning Theory**. London: Routledge, 2017, p.250-263.

STREN, R. 'Urban management' in development assistance: An elusive concept. **Cities**, v.10, n.2. p.125-138, 1993. DOI: <[https://doi.org/10.1016/0264-2751\(93\)90044-J](https://doi.org/10.1016/0264-2751(93)90044-J)>